

Rui Costa participa de reunião com Paulo Guedes em Brasília

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), participou, ontem, de uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e outros 26 chefes de Executivo estaduais, no Palácio do Buriti, em Brasília. No encontro, foi debatido o apoio regional à reforma da Previdência e medidas de socorro financeiro aos estados.

Pelas redes sociais, o petista baiano limitou-se a dizer que teria um "diálogo franco" com o ministro da Economia e disse que "os estados precisam ser fortalecidos".

Na reunião, que durou mais de três horas, segundo a Agência Brasil, Guedes prometeu elaborar um plano de recuperação fiscal dos estados em 30 dias. O texto ainda precisará ser apreciado pelo Congresso Nacional. Também prometeu antecipação de recursos federais para incentivo de medidas locais de ajustes.

Coincidentemente, ontem, o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorino, foi à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) e tratou das finanças do estado. Segundo ele, as receitas provenientes de convênios — as chamadas transferências voluntárias da União — despendiam e fecharam o ano passado com queda de

23,63%. Isto é, caiu R\$ 715,2 milhões em 2017 para R\$ 546,2 milhões em 2018. O titular da Fazenda informou ainda que a participação das transferências obrigatórias da União na receita do Estado recuou de 32,2% em 2017 para 26,7% no ano passado.

Apesar disso, Manoel Vitorino ressaltou as receitas tributárias do Estado tiveram incremento de 12,95% no ano passado, e a arrecadação própria passou a representar 54,12% da receita estadual. "O dinheiro economizado e os ganhos de arrecadação ajudaram a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos, consolidando o modelo de gestão



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa, participou, ontem, de uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes

A conversa com o ministro durou mais de três horas de conversa. Além do prazo para o plano de recuperação fiscal, governadores ouviram a proposta de avançar nos aspectos sobre antecipação de recursos federais para incentivo de medidas locais de ajustes, como a privatização de ativos estaduais. Durante o encontro, os governadores também citaram o aspecto da cessão onerosa, que trata de recursos oriundos da exploração de petróleo, para que caminhe lado a lado com o da Reforma da Previdência, prioritária para o Executivo. "O prazo é para nós razoável. Não chega a ser tão ruim. O ministro ofertou a participação de governadores, então eu fui indicado para acompanhar o projeto de recuperação fiscal", disse o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, informando que o plano de recuperação fiscal é uma demanda dos governantes estaduais.

implementado sob a liderança do governador Rui Costa, que busca conciliar a saúde financeira setor público com a preservação de sua capacidade de atuar pelo desenvolvimento da Bahia e pelo atendimento de suas históricas demandas sociais", declarou.

Ainda na reunião com Guedes, os governadores cobraram do ministro uma melhora na relação entre Executivo e Legislativo para

que a tramitação da reforma da Previdência não seja prejudicada por conflitos políticos. Pelas redes sociais, Rui disse que é uma "perda de tempo insistir em termos como 'velha política' ou 'nova política'". "Precisamos dar um basta nisso. O povo brasileiro cansou de discursos vazios. O povo que vai trabalhar; quer ter trabalho. Nem velha nem nova. Eu prefiro falar e praticar a política boa", afirmou.

REGULAMENTAÇÃO

Mota defende manutenção do texto original dos aplicativos



O SECRETÁRIO municipal de Mobilidade Urbana, Fábio Mota, participou de oitiva no Salão Nobre, na tarde de ontem

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A convite do presidente da Câmara de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD), o secretário municipal de Mobilidade Urbana, Fábio Mota, participou de oitiva no Salão Nobre, na tarde de ontem. Na oportunidade, o titular da Semob fez explanação sobre o Projeto de Lei nº 258/18, que visa regulamentar o transporte por aplicativo em Salvador. Ao dar início à atividade, o presidente Geraldo Júnior explicou que o objetivo da presença do secretário foi esclarecer dúvidas de vereadores acerca do PL. Ele ainda garantiu: "Só colocarei em votação na Ordem do Dia se houver entendimento com

taxistas, mototaxistas e motoristas de vans escolares".

O chefe do Legislativo ressaltou que acatou o pedido de retirada do PL nº 258/18 do regime de urgência com o intuito de ampliar o debate antes da votação em plenário. "Somos a favor da aprovação do transporte por aplicativo, mas não podemos deixar estes pais e mães de família que já vinham trabalhando na cidade às margens da sociedade", salientou.

O texto do Executivo foi aprovado com emendas e ressaltos na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ), na tarde de segunda-feira (25). O projeto agora tramita na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, que pro-

moverá audiência pública para debater a regulamentação no próximo dia 2 de abril, no auditório do Centro de Cultura da Câmara. A explanação de Fábio Mota foi acompanhada por vereadores, representantes de taxistas, mototaxistas e motoristas de vans escolares. Antes de comentar as observações incorporadas ao texto aprovado pela CCJ, o titular da pasta lembrou que a proposição vem sendo gestada há mais de 2 anos, através de audiências públicas com as categorias de transporte que atuam na cidade.

Mota defendeu celeridade para a aprovação do texto original da prefeitura que regulamenta o Uber em Salvador. O gestor contrariou as expectativas e não

apresentou nenhuma alteração no projeto. "Sim, estamos defendendo o texto original. O município não apresenta emenda. Quem apresenta é a Câmara de Vereadores ao que foi proposto pelo município. Defendemos o projeto original por entendermos que é o de melhor para poder se ter entre todos os modais de transporte da cidade", afirmou. Para ele, a matéria precisa ser aprovada o quanto antes no Plenário. "A gestão quer muito que isso seja votado logo, porque as pessoas estão sendo expostas. Você não sabe quem é aplicativo e quem não é". Dentre os pontos assinalados, Fábio Mota destacou a necessidade de garantir segurança e conforto aos usuários.

Em Salvador, Huck aponta soluções contra desigualdades

O apresentador Luciano Huck realizou ontem uma palestra para gestores da administração municipal, dentro do 3º Encontro de Desenvolvimento de Lideranças de Alta Performance, realizado no Hotel Deville, em Itapua. A atividade contou com as presenças do prefeito ACM Neto; do vice-prefeito e secretário de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), Bruno Reis; e do secretário municipal de Gestão (Semge), Thiago Dantas, dentre outros.

Na palestra, o apresentador citou como exemplos

situações vividas em 20 anos de viagens pelo país através do programa "Caldeirão do Huck", onde presenciou pessoalmente realidades diferentes, cenários de profunda desigualdade social e ações desenvolvidas por cidadãos comuns para superar as dificuldades e melhorar as localidades onde vivem. Um desses casos esteve pessoalmente no palco: a professora aposentada Nildete Sampaio, de 64 anos, idealizadora e líder da Creche & Escola Mãe Nildete, em Coutos, que participou ano passado do qua-

dro "Um Por Todos, Todos Por Um".

Ele destacou que a atual geração precisa se preocupar, se organizar e colocar a mão na massa para fazer com que o Brasil seja menos desigual. "Caso contrário, não cumprimos a nossa missão. A gente tem que mergulhar em questões que, de fato, faça com que, nas próximas décadas, a gente possa sentar e ver que fizemos alguma coisa para fazer o Brasil menos desigual e mais eficiente. Temos que procurar as melhores ideias, dialogar e arquitetar o Brasil

Foto: Valter Pontes/Secom



O APRESENTADOR Luciano Huck realizou uma palestra para gestores municipais em Salvador

que a gente quer para o futuro e trazer pessoas para isso", afirmou.

ACM Neto ressaltou o perfil de Luciano Huck como um dos brasileiros que mais

conhece o país, e que tem a trajetória marcada por levar o Brasil para a televisão, ajudando a transformar a vida de muitas pessoas. Ele aproveitou para lembrar que,

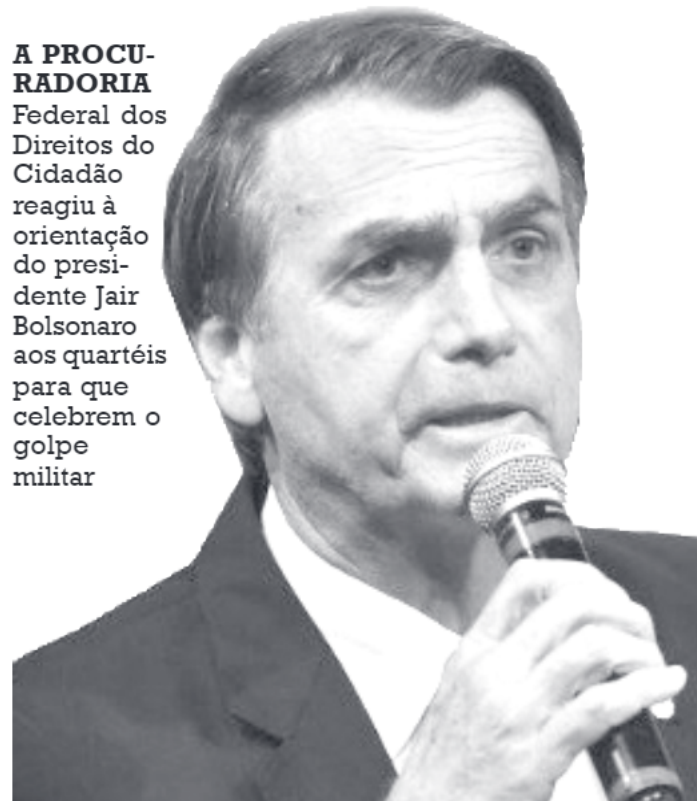
há sete anos, a Prefeitura "também tem trabalhado para mudar a realidade da capital baiana".

"Em 2013, havia uma enorme desconfiança da população, pois a Prefeitura não conseguia dar respostas a coisas básicas. Com o trabalho que foi feito, conseguimos reconectar a Prefeitura com a cidade e os cidadãos, mudando o patamar dos sonhos e expectativas das comunidades. E isso não conseguiria ser atingido sem essa equipe fantástica", relatou ACM Neto. Neto salientou que o encontro acontece em meio ao aniversário de 470 anos de Salvador.

"Festejar golpe é incompatível com Estado de Direito"

A PROCURADORIA

Federal dos Direitos do Cidadão reagiu à orientação do presidente Jair Bolsonaro aos quartéis para que celebrem o golpe militar



LUIZ VASSALLO E JULIA
AFFONSO
ESTADÃO CONTEÚDO

Em nota pública, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão reagiu ontem à orientação do presidente Jair Bolsonaro aos quartéis para que celebrem a "data histórica", quando um golpe militar derrubou o governo João Goulart e iniciou um regime ditatorial que durou 21 anos. Segundo o órgão do Ministério Público Federal, se fosse levado a cabo hoje, o golpe seria enquadrado como crime contra a ordem constitucional, e, se tivesse o apoio do presidente da República, este estaria cometendo crime de responsabilidade.

"É incompatível com o Estado Democrático de Direito festejar um golpe de Estado e um regime que adotou políticas de violações

sistemáticas aos direitos humanos e cometeu crimes internacionais", diz a Procuradoria. A nota é assinada pelas procuradoras dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat e Eugênia Augusta Gonzaga, e também pelos procuradores Domingos Sávio Dresch da Silveira e Marlon Weichert. Para os procuradores, "embora o verbo comemorar tenha como um significado possível o fato de se trazer à memória a lembrança de um acontecimento, inclusive para criticá-lo, manifestações anteriores do atual presidente da República indicam que o sentido da comemoração pretendida refere-se à ideia de festejar a derrubada do governo de João Goulart em 1º de abril de 1964 e a instauração de uma ditadura militar".

"Em se confirmando essa interpretação, o ato se

reveste de enorme gravidade constitucional, pois representa a defesa do desrespeito ao Estado Democrático de Direito. É preciso lembrar que, em 1964, vigorava a Constituição de 1946, a qual previa eleições diretas para presidente da República", dizem.

Em nota, ainda afirmam que o "mandato do então presidente João Goulart seguia seu curso normal, após a renúncia de Jânio Quadros e a decisão popular, via plebiscito, de não dar seguimento à experiência parlamentarista". Ainda que sujeito a contestações e imerso em crises, não tão raras na dinâmica política brasileira e em outros Estados Democráticos de Direito, tratava-se de um governo legítimo constitucionalmente. "O golpe de Estado de 1964, sem nenhuma possibilidade de dúvida ou de revisionismo

histórico, foi um rompimento violento e antidemocrático da ordem constitucional", afirmam.

Os procuradores alertam o presidente. "Se repetida nos tempos atuais, a conduta das forças militares e civis que promoveram o golpe seria caracterizada como o crime inafiançável e imprescritível de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático previsto no artigo 5º, inciso XLIV, da Constituição de 1988". "O apoio de um presidente da República ou altas autoridades seria, também, crime de responsabilidade (artigo 85 da Constituição, e Lei nº 1.079, de 1950). As alegadas motivações do golpe -ão absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto".